

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE PESCA DESPORTIVA



REGULAMENTO GERAL DE PROVAS

PESCA À PLUMA

ÁGUAS CORRENTES

2018

(revisto a 12 de Dezembro de 2017)

ARTº 1 – OBJECTO

O presente Regulamento Geral de Provas estabelece os princípios reguladores dos Campeonatos de Pesca à Pluma em águas Correntes, sendo complementado pelos Regulamentos específicos de cada Campeonato e pelo Regulamento Administrativo para a competição, os quais não poderão conter matéria que na sua essência altere ou contrarie as disposições do presente regulamento, consideradas para todos os efeitos como vínculo obrigatório e oficial.

ARTº 2 – CAMPEONATOS

§1. Estes campeonatos disputam-se de acordo com os princípios da Pesca de Competição da FIPS-Mouche, que consiste na disciplina de pesca à pluma ortodoxa praticada com cana, linha, carreto e iscos artificiais (plumas).

§2. Os Campeonatos distinguem-se em Individuais e de Clubes (coletivos).

§3. Os direitos de participação e orgânica dos campeonatos, serão publicados no Regulamento Específico dos mesmos.

§4. Nos Campeonatos Nacionais e Associativos de Clubes, durante todo o campeonato, cada clube poderá utilizar um pescador estrangeiro, desde que devidamente filiado na Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, não podendo esse pescador participar em qualquer campeonato de clubes de outro país no mesmo ano.

§5. Nos Campeonatos Individuais, os pescadores estrangeiros podem participar após envio de requerimento à Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, comprovando o direito que lhe assiste, não podendo esse pescador participar em qualquer campeonato de outro país no mesmo ano. Caso um pescador estrangeiro se apure para o Campeonato do Mundo Individual, o mesmo terá que, na altura da participação, possuir cidadania Portuguesa.

§6. A realização dos Campeonatos Regionais é da responsabilidade de cada Associação, a qual tomando por base as suas potencialidades e realidades, deverá estruturar o seu quadro competitivo de forma a enquadrar-se nas regras gerais constantes deste regulamento.

§7. O vencedor de cada Campeonato será declarado Campeão do mesmo.

ARTº 3 – DATAS E HORÁRIOS

§1. Anualmente será publicado o Regulamento Específico de cada Campeonato, onde constarão as respetivas datas e horários de cada prova. Para as provas Regionais, a responsabilidade da publicação é de cada Associação Regional.

§2. Não é permitido **aos pescadores federados** pescar na área da prova, nos **sete dias** que antecedem a sua realização.

ARTº 4 - ESCALÃO ETÁRIO

§Único. Anualmente será publicado o Regulamento Especifico de cada Campeonato, onde constarão os escalões etários dos pescadores que podem participar nos diferentes campeonatos.

ARTº 5 - EQUIPAMENTO

§1. Canas:

Único) As canas a utilizar em provas destes campeonatos, não poderão ultrapassar as dimensões máximas estipuladas pela Fips-Mouche, ou seja, 12 pés (366cm).

§2. Carretos:

Único) Os carretos serão de tambor móvel, manuais ou automáticos.

§3. Rede de captura:

Único) A rede de captura, estendida, não poderá ter um comprimento superior a 1,22 m (122 cm) e deverá ser em malha de algodão ou outro material não abrasivo.

§4. Linhas:

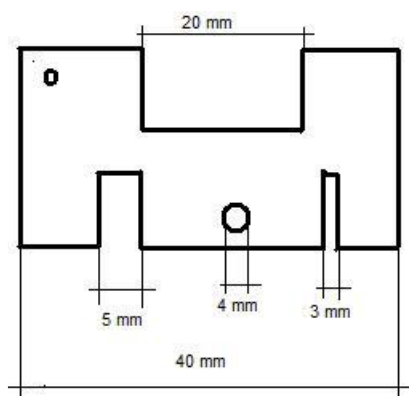
Único) Podem-se utilizar linhas flutuantes, afundadas ou mistas com comprimento mínimo de 22 metros e espessura mínima de 0.55 milímetros.

§5. Terminais:

- a) É proibida a utilização de pesos adicionais e indicadores de picada, quer nas linhas, quer nos terminais, podendo ser usados no entanto, no máximo três (3) "microrings", de um diâmetro exterior máximo até 3 milímetros. O número máximo de nós que se podem usar em cada "microring" é de 3, sendo considerado apenas um nó.
- b) O comprimento dos terminais não poderá ser superior ao dobro do comprimento da cana, podendo ter qualquer coloração, excepto na pesca em lago onde poderá ter qualquer comprimento.
- c) Os conectores da linha ao terminal são permitidos, não se considerando tais elementos como sendo indicadores de picada.
- d) A distância entre cada dois nós, não pode ser inferior a trinta centímetros lineares.

§6. Plumas:

- a) É permitida a utilização de plumas em todas as suas variedades (ninfas, afogadas, secas e "streamers"), obrigatoriamente montadas em anzóis simples e sem barbel.
- b) É permitida a utilização de moscas lastradas desde que o lastro se esconda sob o seu revestimento, bem como o uso, em cada pluma, de uma única cabeça metálica, ou outra, desde que os seus diâmetros não sejam superiores a 4mm.
- c) As dimensões das plumas devem, estar limitadas pelo seguinte esquema: se o anzol encaixar, na ranhura de 20 mm, então a espessura máxima do corpo da pluma tem de passar na ranhura de 5 mm. O buraco de 4mm é a espessura máxima que pode ser usada nas cabeças metálicas. Se o tamanho do anzol passar os 20 mm a espessura da pluma terá que caber na ranhura de 3 mm. O tamanho máximo do anzol terá que ser da largura total da placa que é de 40 mm.



- d) Nas plumas é permitida a utilização de duas “bolas” (olhos; cabeças), desde que as mesmas não sejam de qualquer tipo de liga metálica, podendo ser em espuma (“foam”), plástico, tecido ou outro material, desde que o corpo da mosca não ultrapasse os limites estabelecidos no número anterior.
- e) É proibida a utilização de plumas tipo “tandem” ou com colher incorporada.
- f) Apenas é permitida a utilização de um número máximo de três (3) plumas em ação de pesca.
- g) As plumas têm de estar, obrigatoriamente, afastadas entre si, pelo menos 50 cm, medindo-se esta distância verticalmente de olhal a olhal, com as mesmas penduradas livremente no terminal.
- h) Não é permitida a utilização de plumas que libertem aromas ou corantes

ARTº 6 - LOCAL DE PESCA

§1. Anualmente será publicado o Regulamento Especifico de cada Campeonato, onde constarão os locais de pesca e áreas das mesmas, em que decorrerá cada prova dos respetivos campeonatos. Para as provas Associativas, a responsabilidade da publicação é de cada Associação Regional.

§2. O percurso selecionado deverá se possível, apresentar condições de pesca iguais para todos os concorrentes e deve evitar dentro do possível o atravessamento por linhas elétricas. O percurso não deve apresentar qualquer tipo de perigo para os concorrentes.

Único) Se o percurso for atravessado por linhas elétricas, é interdita a pesca a menos de 40 metros lineares da prumada das mesmas.

§3. A organização da prova deverá assegurar a boa acessibilidade a todos os “tramos” destinados à competição e indicando, em local visível, os seus acessos.

§4. A zona de pesca será dividida em “tramos”, semelhantes entre si na medida do possível, devidamente sinalizados e em número igual à metade dos participantes.

§5. “Tramo” é o espaço físico do curso de água dentro de cujos limites o competidor realiza a sua manga.

§6. O comprimento mínimo de cada “tramo” será de 300 metros em água corrente e 50 metros em lago.

§7. Os “tramos” devem ser marcados, de forma consecutiva, de montante para jusante, sendo ao situado mais a montante atribuído o número um e assim sucessivamente.

§8. No caso de parte do curso de água não reunir condições para nele ser marcado um “tramo”, será considerada zona neutra, devendo esta estar devidamente identificada.

ARTº 7 – IDENTIFICAÇÃO

§1. Sempre que solicitado pelo Júri, é obrigatória a apresentação do cartão de filiado. Na sua ausência, o pescador poderá identificar-se com documento de identificação válido, onde conste a sua fotografia.

§2. Na primeira prova do campeonato, é obrigatória a apresentação de licença de pesca desportiva atualizada e válida para todos os locais e datas em que se irá disputar o campeonato, emitida pela entidade competente, bem como do cartão de filiado ou de um documento identificativo. Se a licença apresentada não for válida para todos os locais e datas em que se irá disputar o campeonato, o pescador fica obrigado a apresentar licença válida para cada local, em cada uma das restantes provas do campeonato.

§3. Pescador que não apresente licença de pesca desportiva nos termos referidos no ponto §4., terá, obrigatoriamente, que enviar cópia legível para a sede da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, no prazo máximo de 2 dias úteis, via fax, e-mail ou correio registado.

ARTº 8 – ESPECIES PONTUÁVEIS E SEU MANUSEAMENTO

§1. Anualmente será publicado o Regulamento Especifico de cada Campeonato, onde constarão as medidas mínimas dos exemplares em cada prova dos respetivos campeonatos. Para as provas Associativas, a responsabilidade da publicação é de cada Associação Regional.

§2. Apenas serão válidas as capturas que pertençam à família dos salmonídeos.

§3. Não serão válidas as capturas que não tenham sido presas na zona compreendida entre a ponta do focinho e o limite posterior dos opérculos.

§4. O comprimento mínimo das capturas para cada prova será definido no Regulamento Especifico de cada campeonato.

§5. As capturas serão medidas desde a ponta do focinho à ponta da cauda estendida, na sua maior dimensão.

§6. Só serão válidas as capturas que, no momento da sua medição, estejam vivas e sejam entregues ao controlador dentro da rede de captura.

§7. Qualquer captura que, por qualquer motivo, caia ao solo ou à água e se solte do anzol, antes de ser entregue controlador, não será válida.

§8. Não será válida, igualmente, qualquer captura que, ao ser extraída da água, tenha sido arremessada intencionalmente contra o solo ou qualquer outro obstáculo, de forma a causar danos na mesma, mesmo que continue presa ao anzol.

§9. Todos os exemplares devem ser cuidadosamente manuseados de forma a mantê-los vivos e em boas condições de devolução à água.

§10. O controlador após a medição do peixe, deverá devolvê-lo imediatamente à água.

§11. O controlador, sempre que possível, deverá molhar a régua e as mãos antes de proceder à medição das capturas.

§12. Compete exclusivamente ao controlador retirar o anzol da captura, ou dar ordem de retirada do mesmo supervisionando a ação, reanimá-la e devolvê-la à água, não podendo o competidor em caso algum e antes de ser efetuada a entrega/medição tocar no peixe, sem ordem expressa em contrário do controlador, sob pena dessa captura ser considerada inválida.

§13. Após cada captura, o controlador deverá obrigatoriamente verificar a inexistência de barbela ou farpa no anzol.

§14. No caso de qualquer competidor capturar um peixe com anzol sem estar desprovido de farpa ou barbela, o controlador mencionará o sucedido na ficha de controlo de pescado, sendo o pescador penalizado nessa manga com a eliminação dessa captura.

§15. No caso de surgirem dúvidas quanto à inexistência de farpa ou barbela no anzol colocadas pelo pescador, deve este permitir que o controlador fique com a pluma em causa no sentido de este a apresentar ao Júri da prova para posterior avaliação e decisão. O controlador deve registar a captura colocando-a sobre observações.

§16. O pescador deverá sempre continuar a sua prova, em caso de reincidência, pode esta ação ser considerada de conduta anti desportivas, sofrendo o pescador as penalizações previstas em regulamento.

§17. Da decisão do júri sobre a validade ou não da pluma, não existe qualquer recurso.

ARTº 9 – SORTEIO DOS TRAMOS

§1. Antes do início da primeira prova, os pescadores participantes serão divididos através de sorteio, em dois grupos (A e B), de igual número, no qual será igualmente definido o “tramo” em que cada um dos participantes pescará em primeiro lugar. O sorteio na primeira prova, é efetuado pela lista de composição nacional.

§2. Nas provas seguintes o alinhamento dos pescadores nas séries será definido pela sua classificação, ao momento, no campeonato nacional, da seguinte forma:

Série 1- Pescadores classificados em lugar ímpar (1º; 3º; 5º; 7º; 9º; 11º; 13º; 15º; 17º; 19º)

Série 2 - pescadores classificados em lugar par (2º; 4º; 6º; 8º; 10º; 12º; 14º; 16º; 18º; 20º).

§3. No início de cada prova será sorteada qual a série (série 1 ou 2) que será designada por Grupo A ou Grupo B.

§ 4 – Entram no sorteio e poderão competir apenas os pescadores que até 3 dias antes da prova, tenham contactado a organização dando conta da sua intenção de participar.

§5. Caso o sorteio por motivos justificados se efectue no dia anterior ao primeiro dia de prova, os pescadores estão dispensados de estar presentes no mesmo. Todavia, todos aqueles que não possam comparecer a este sorteio, deverão comunicar tal facto à organização, por si ou seu representante.

§6. Se o número for ímpar, constituir-se-ão igualmente por classificação no campeonato nacional, dois grupos iguais, sendo que o pescador em falta será substituído pelo pescador substituto nos termos do nº3 do artigo 10º.

§7. Se no entanto faltar mais do que um pescador de qualquer das séries, ou de ambas, e o número de participantes por série for diferente, estas serão igualadas, em número de participantes, pela transferência do último ou últimos pescadores da série maior (por ordem das piores classificações), até se alcançar o mesmo número de participantes em cada série, podendo, em última instância e se tal se mostrar necessário, utilizar-se o pescador substituto nos termos do nº3 do artigo 10º.

§8. Os pescadores do Grupo A pescarão nas mangas 1ª, 3ª, 6ª e 8ª e os pescadores do Grupo B pescarão nas mangas 2ª, 4ª, 5ª e 7ª.

§9. As rotações dos “tramos” serão definidas pela organização da prova e anunciadas antes do início da mesma.

§10. Nenhum pescador poderá ser controlador de “tramo” que posteriormente tenha de pescar.

§11. Os “tramos” tem que obrigatoriamente estar marcados antes da realização do sorteio.

§12. O sorteio só é efetuado com a presença mínima de 3 pessoas de pelo menos duas associações regionais diferentes.

ARTº 10 – CONTROLADORES

§1. Cada participante exercerá as funções de pescador e controlador em conformidade com o sorteio realizado.

§2. Na medida do possível, evitar-se-á que o controlador pertença ao mesmo clube do participante por ele fiscalizado. Caso tal não seja viável, a organização da prova deverá providenciar a presença de um controlador não participante, que fiscalize conjuntamente com o controlador participante as capturas efetuadas.

§3. Se o número de participantes presentes na prova ou nas mangas for ímpar, a organização diligenciará para que outro pescador, fora da competição, exerça as funções de controlador e pescador, **não** contando a sua classificação para o ordenamento das posições.

§4. O pescador referido no ponto §3., deve ser anunciado no sorteio, pela organização, para o caso de haver falta de algum pescador em mangas, à prova, desistência, ou abandono no campeonato, e deverá ser sempre que possível o mesmo pescador, pelo menos em cada zona.

§5. Dois competidores não se poderão controlar mutuamente no mesmo dia. Caso tal não seja possível evitar, a organização deverá providenciar pela presença de alguém que, conjuntamente com o controlador, fiscalize a manga do competidor em causa, assistindo-lhe o direito de fazer constar na ficha de capturas todas as ocorrências que julgue relevantes.

§6. Antes do início da primeira manga de cada prova, será entregue a todos os pescadores uma ficha de capturas, onde serão anotadas pelo controlador respetivo, as capturas com as respetivas dimensões e horas de capturas.

§7. Sempre que existir uma captura, o controlador anota a mesma na respetiva ficha, devendo o pescador, no seu próprio interesse, rubricar o espaço destinado à captura efetuada, confirmando deste modo que a sua dimensão e hora de captura estão corretas.

§8. Cada controlador da primeira manga da prova respetiva, receberá uma régua oficial para proceder à medição de cada uma das capturas, que conservará até ao final da prova.

§9. A pedido do pescador o controlador tem de transportar, somente uma cana extra, previamente montada ou desmontada, sendo a responsabilidade pelos eventuais danos ou perda do pescador.

ARTº 11 – ATUAÇÃO DOS PESCADORES EM COMPETIÇÃO

§1. Os pescadores e controladores não poderão abandonar o tramo respetivo sem motivo justificado, sendo imprescindível, neste caso, comunicar tal facto ao Júri da prova, que pode ou não aceitar a justificação.

§2. O competidor não poderá invadir o tramo contíguo ou zona neutra para extrair a sua captura; no caso de a prova decorrer em lago e da margem, nem o pescador, nem o controlador, poderão entrar na água durante o decurso da manga, salvo no caso em que a organização previamente o permita e desde que seja, exclusivamente, para acesso ao tramo.

§3. Se um peixe cravado nadar para o tramo contíguo ou zona neutra, a captura será válida desde que o pescador a extraia sem abandonar o seu tramo e dentro dos seus limites.

§4. No caso de um peixe ser cravado dentro do período regulamentar da manga e após isso, terminar o mesmo sem que ainda não tenha sido capturado pelo competidor, este dispõe de cinco minutos adicionais para tentar efetuar a captura.

§5. É vedado ao competidor entrar no curso de água fora do tramo que lhe foi adjudicado no sorteio, sem autorização do pescador do tramo correspondente.

§6. O controlador não poderá entrar no curso de água sem consentimento do pescador, cabendo a este definir a distância de controlo e a forma de o fazer, respeitando sempre as regras de segurança.

§7. O controlador jamais poderá perder de vista o competidor.

§8. Antes do início de cada manga, o controlador deverá encontrar-se com o pescador que vai controlar no limite jusante do tramo respetivo, salvo acordo entre ambos sobre outro local.

§9. Se por motivo justificado, cujo registo deverá constar na ficha de capturas, o pescador começar a sua manga para lá da hora do início oficial da mesma, este será compensado, no final dessa manga, com o tempo em falta, não podendo este exceder os 15 minutos.

§10. Após o início da manga o pescador não poderá receber qualquer tipo de ajuda do controlador ou de terceiros, nomeadamente orientação técnica e tática, exceto os constantes no número seguinte, sob pena de desclassificação do pescador nessa manga.

§11. Só são permitidas ajudas:

- a) No caso de emergência, acidente e/ou doença súbita.
- b) No fornecimento de alimentos sólidos ou líquidos para consumo próprio.
- c) No caso previsto no §9 do artigo 10º.

§12. No início da manga o pescador deverá entregar ao seu controlador a ficha de controlo de registo de capturas.

§13. O controlador é responsável pela entrega à organização, até uma hora após o termo das mangas da manhã e da tarde, da ficha de controlo de registo de capturas, devidamente preenchida e assinada por ambos.

§14. O controlador deverá obrigatoriamente registar na ficha de registo de capturas, no espaço destinado a observações, todas as ocorrências anómalas nas mangas que controlar.

§15. Cada controlador é responsável pela conservação da respetiva régua e pela sua entrega no final da prova, sendo registado pela organização, antes do início da mesma, qual o número da régua atribuída a cada controlador.

§16. Os pescadores devem prestar ao Júri da prova as informações e esclarecimentos que lhes forem solicitados e com ela relacionados.

§17. Os pescadores devem prestar a máxima atenção às instruções que lhes são transmitidas, antes de entrega dos documentos, nomeadamente quanto a horários e outras indicações relativas à realização e desenvolvimento da prova.

ARTº 12 – TEMPORAIS

§1. No caso de se verificar um temporal ou outro evento grave antes do início da prova, o júri, avaliando a especial gravidade do que ocorre e a previsibilidade da sua continuação, decidirá se a mesma deverá ser realizada.

§2. Na sua avaliação o júri deverá ter em consideração a segurança do competidor e o estado geral das águas, de forma a evitar perigos físicos para aqueles e possibilitar-se o mais possível, igualdade de circunstâncias competitivas para todos.

§3. Se as condições climáticas não melhorarem ou o facto perturbador não desaparecer e o júri decidir que são impeditivas da realização da prova, esta será adiada para data a designar pelo vice-presidente da área de Pluma da Federação, devendo a Federação prestar essa informação no prazo de 5 dias.

§4. Se o fator perturbador ocorrer durante a prova:

- a) Se ainda não tiver decorrido integralmente o primeiro dia de prova, esta será adiada nos termos definidos no número 3.
- b) Se tiver decorrido metade da prova (primeiro dia completo), esta será validada.
- c) Se ocorrer no segundo dia, só serão validados as mangas realizadas integralmente nesse dia por ambos os competidores e em número igual, por forma a todos realizarem, no final, o mesmo número de mangas.

Exemplos:

-Se o motivo impeditivo ocorrer durante a realização da 5ª ou 6ª mangas nenhuma é validada, contando apenas as mangas do dia anterior.

-Se o motivo ocorrer na 7ª ou 8ª mangas, apenas são válidas as mangas da manhã (5ª e 6ª) e as mangas do dia anterior, acabando todos os competidores por realizar o mesmo número de mangas nessa prova.

ARTº 13 – PONTUAÇÃO E REGISTO

§1. A pontuação de cada captura válida e com medida mínima definida, será a que resultar do seu comprimento, em centímetros, multiplicada por 20 , acrescida de 100 pontos (exemplo: para uma captura de 20 cm $(20 \times 20) + 100 = 500$ pontos).

§2. O controlador, para medir a captura, apenas poderá utilizar a régua fornecida pela organização.

§3. O registo da medida das capturas será efetuada ao milímetro. Para efeitos de cálculo de pontuação a medida de cada captura será arredondada ao centímetro superior. (exemplo: captura com 20,0cm será registada com 20,0cm. Captura com 20,1 cm será registada com 21 cm).

§4. Se um controlador perder um peixe antes de proceder à sua medição, ao pescador será atribuída por esse peixe, a média das medidas de todos os peixes capturados nessa manga.

ARTº 14º – CLASSIFICAÇÃO POR MANGA

§1. Em cada manga é atribuída a cada atleta uma pontuação, de 1 (um) até ao número de participantes nessa manga, por ordem decrescente do número de pontos obtidos com as suas capturas. Em caso de existirem dois ou mais atletas com o mesmo número de pontos correspondentes às respectivas capturas, ficarão com a mesma classificação. Exemplo:

1º Classificado

2º Classificado

2º Classificado

2º Classificado

5º Classificado

...

§2. Aos pescadores que não tenham efectuado capturas na manga, é atribuída a pontuação equivalente a último na manga maior dos participantes nessa prova, acrescido de um ponto.

EXEMPLO:

Se a maior manga dessa prova tiver 10 pescadores participantes, o pescador sem capturas na manga, tendo esta apenas 9 pescadores, será de 11 pontos.

§3. Aos pescadores faltosos numa manga são atribuídos, nessa manga os pontos equivalentes ao número da maior manga dos inscritos no início do campeonato mais dois pontos.

EXEMPLO:

Encontrando-se inscritos 20 participantes no Campeonato Nacional, o pescador faltoso terá, no final da manga, 12 pontos (10 + 2).

ARTº 15º CLASSIFICAÇÃO POR PROVA

§1. A classificação final de cada prova resulta do somatório de pontos obtidos pelos competidores em cada manga, nos termos referidos no § 1 do artigo anterior, correspondendo a melhor classificação ao menor somatório e assim sucessivamente, ou seja, quem tiver menos pontos no somatório das mangas será primeiro na prova com um ponto e assim sucessivamente. No entanto, competidor que não efectue qualquer captura na prova, terá a classificação de último na prova com os pontos equivalentes aos pescadores participantes no início dessa prova (p. ex. , a prova teve 20 pescadores , o competidor terá 20 pontos ; se tiver 15 , o pescador terá 15 pontos; se tiver 20 no início e terminar com 19, o pescador terá 20 pontos)

§2. Em caso de existirem pescadores em igualdade de pontuação numa mesma prova, a classificação final será atribuída pela seguinte ordem:

a) Maior número de capturas na totalidade das mangas realizadas.

b) Maior captura, de qualquer das mangas.

c) Média aritmética do comprimento das capturas nas mangas da prova.

§3. Aos pescadores faltosos numa prova são atribuídos, no final desta, os pontos equivalentes ao número de participantes inscritos no início do campeonato, mais dois pontos.

EXEMPLO:

Encontrando-se inscritos 20 participantes no Campeonato Nacional, o pescador faltoso terá, no final da prova, 22 pontos (20 + 2).

§4. No final do primeiro dia de cada prova, os resultados provisórios serão anunciados até duas horas após o termo da última manga. No final de cada prova, os resultados provisórios serão anunciados no mesmo prazo.

ARTº 16º – CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CAMPEONATO - INDIVIDUAIS

§1. A classificação final do Campeonato resulta do somatório de pontos obtidos pelos pescadores em cada prova correspondendo a melhor classificação ao menor somatório e assim sucessivamente.

§2. No caso de existirem pescadores em igualdade de pontuação, a classificação final será atribuída pela seguinte ordem:

- a) Melhor classificação em qualquer das provas e assim sucessivamente.
- b) Maior número de capturas na totalidade das provas realizadas.
- c) Maior captura, de qualquer das provas.
- d) Média aritmética do comprimento das capturas em todas as provas.

ARTº 17º – PENALIDADES

§1. Sempre que o Júri observe uma infração ao regulamentado, tratando-se de uma falta que dê origem ao estipulado no ponto §6 deste artigo, deverá de imediato advertir o pescador da mesma e registar o facto na ficha de controlo do pescador ou em impresso próprio. Este registo deverá ser assinado por ambas as partes.

§2. Sempre que um pescador constate uma infração ao regulamentado por parte de um adversário, deverá chamar o Júri para este tomar conta da ocorrência. Na ausência do Júri por perto, tratando-se de uma falta que dê origem ao estipulado no §6., deverá apresentar ao Júri participação por escrito, nos termos do preceituado no ARTº 13 do Regulamento Administrativo para a Competição.

Único) Se o pescador for menor de idade, as ações previstas neste ponto caberão ao seu treinador ou dirigente do seu clube que o acompanhe na prova.

§3. Os delegados de Clubes com pescadores que tenham sido protestados, devem de imediato ser informados de tal facto pelo Júri, já que tal como todos os pescadores que tenham sido advertidos pelo Júri, deverão comparecer obrigatoriamente perante o Júri, de modo a poder efetuar a sua defesa. A sua não comparência (do pescador e do delegado), será tida como uma renúncia ao direito de defesa, assumindo a sua culpabilidade.

Único) Se o pescador for menor de idade, as ações previstas neste ponto caberão ao pescador acompanhado do seu treinador ou dirigente do seu clube que o acompanhe na prova.

§4. Incorrem na penalidade de dois pontos a adicionar à pontuação da falta à prova, os pescadores que:

Único) Tenham confirmado a sua presença nos termos do §4 do ARTº 9, e esta não se venha a confirmar, excepto se tal ausência se deva a motivo de força maior, devidamente justificado, e tenham dado conhecimento desse facto à organização até uma hora antes do sorteio.

§5. Incorrem na penalidade de desclassificação do exemplar, os pescadores que :

- a) Violam o preceituado nos § 3, § 6, § 7, § 8, § 12 e § 14 do art.º 8º
- b) Violam o preceituado no § 4 do art.º 13º
- c) Violam o preceituado na primeira parte do § 2 do art.º 11º

§6. - Incorrem na penalidade de desclassificação na manga os pescadores que:

- a) Violam o preceituado no art.º 5º
- b) Violam o preceituado no § 16 do art.º 8º
- c) Violam o preceituado nos § 1, § 2 (segunda parte), § 5 , § 10 , § 13, § 14, § 15 e § 16 do art.º 11º.

§7. Incorrem na penalidade de desclassificação na prova os pescadores que:

- a) Violam o preceituado no § 3 do art.º 7º
- b) Abandone a manga ou a prova sem motivo justificado.

ARTº 18º – DOPING

§ÚNICO. Todos os pescadores participantes nestes Campeonatos estão sujeitos a controlo Anti Doping, à responsabilidade da ADoP.

ARTº 19º – RESOLUÇÃO DE CASOS OMISSOS

§ÚNICO – Os casos omissos, serão resolvidos pontualmente, para cada caso concreto, por deliberação da Direção da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, sob proposta do Vice-Presidente para a Área de Pluma, com base nas regras da FIPS-mouche, respeitando-se tal deliberação até à revisão do presente regulamento.

ARTº 20º – ENTRADA EM VIGOR DO PRESENTE REGULAMENTO

§ÚNICO. O presente Regulamento entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 2018, revogando todos os anteriores.